

ID: 123599344

19-06-2026

Mulheres duplicaram nas TIC mas proporção de diplomadas é a mais baixa em 20 anos

Duas velocidades ■ O número de especialistas femininas a trabalhar em Tecnologias de Informação e Comunicação é hoje o dobro do que há sete anos. Portugal é o 8.º país com maior proporção de mulheres na UE. Mas é o 2.º pior quando se compara o emprego de diplomadas na área.

Vítor Rodrigues Oliveira
 voliveira@medianove.com

Num curto espaço de tempo, desde 2019, o número de mulheres especialistas em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que trabalham em Portugal deu um salto de 31 mil para 63 mil. Com esta duplicação, Portugal tomou-se no 8.º país da UE com maior proporção de mulheres empregadas na área – 22,3% em 2025, o segundo melhor valor da década depois dos 22,7% em 2024. Antes da pandemia, entre 2015 e 2019, tinha rondado os 18%, ficando entre 11.º e 17.º.

Só que uma outra estatística do Eurostat – dos trabalhadoras com licenciatura na área – mostra que este caminho não está a ser linear. Apesar de ter havido um aumento consecutivo desde 2022 (de 7,7 mil para 11,9 mil), ainda não chegou aos valores de 2021 (12,7 mil), pouco supera os números de 2016 (11,7 mil) e fica muito aquém do melhor registo das últimas duas décadas (16,3 mil em 2007).

Num contexto de crescimento acelerado das TIC, esta evolução do número de diplomadas no mercado de trabalho deixa o país no penúltimo lugar do ranking europeu, com 12,6% de mulheres. Só a Lituânia tem maior desequilíbrio (11,1%). Este número é, na verdade, o pior em Portugal há pelo menos 22 anos, desde o início da série do Eurostat. Entre 2004 e 2016, a proporção quase nunca tinha sido inferior a 20% (em 2004 e 2007 chegou mesmo a atingir

29,2%) e, depois disso, o mínimo tinha sido registado em 2022 (13%). Sinais promissores

Dados compilados por Joana Martinho Costa, diretora da Escola de Tecnologias Digitais Aplicadas (ISCTE-Sintra), a partir do site de acesso ao ensino superior, mostram que, nos últimos três anos, o curso de engenharia informática teve, em média, uma proporção de mulheres entre 15% e 19% em quatro estabelecimentos de ensino de Lisboa (Nova, ISCTE, Faculdade de Ciências e Técnico). Uma realidade que não deve melhorar tão cedo, acredita Cláudia Mendes, que dirige a Women in Tech Portugal, porque “o número clausus destas áreas é muito inferior a outros cursos no mundo académico”, como o Direito.

Há, no entanto, sinais positivos. Na escola liderada por Joana Martinho Costa vive-se outra realidade, com várias licenciaturas de TIC a serem frequentadas por uma maioria feminina: nos últimos três

Apesar de haver mais mulheres a trabalhar nas TIC, o número de diplomadas nesta área que estão no mercado de trabalho é baixo: apenas a Lituânia tem pior proporção na comparação europeia

anos, o curso de Tecnologias Digitais Educativas teve, em média, 61% de mulheres; Matemática Aplicada e Tecnologias Digitais atinge os 59%; e Tecnologias Digitais e Saúde 53%. Porquê esta diferença face aos cursos tradicionais? “No caso desta escola do ISCTE, valoriza-se muito a ligação das tecnologias à sociedade”, explica a responsável. As “tecnologias que causam impacto social positivo” são um “fator de atração das raparigas”. Na mesma universidade, nos antipodas, o curso de Tecnologias Digitais e Automação fica com apenas 16% e Tecnologias Digitais e Segurança da Informação 19%.

Carolina Raposo, responsável de recursos humanos no Portugal Tech Hub da Siemens (centro global de tecnologias de informação), garante que esta é uma preocupação na empresa. “É essencial despertar o interesse pelas áreas tecnológicas desde cedo e é precisamente aí que temos concentrado grande parte dos nossos esforços”, afirma. Estão em causa, nomeadamente, “programas pensados para atrair mais talento feminino para as áreas tecnológicas”, procurando “desafiar as instituições académicas a assumirem um papel cada vez mais ativo” na promoção destas áreas entre os mais jovens. Numa das iniciativas da Siemens, que “pretende chegar a mais de 200 mil alunos entre os 6 e os 12 anos”, o foco é colocado em inteligência artificial, literacia financeira e cibersegurança, garantindo “acesso gratuito a aulas de programação”. Há apostas ainda, entre outros, em programas de mentoria.



Sociedade patriarcal

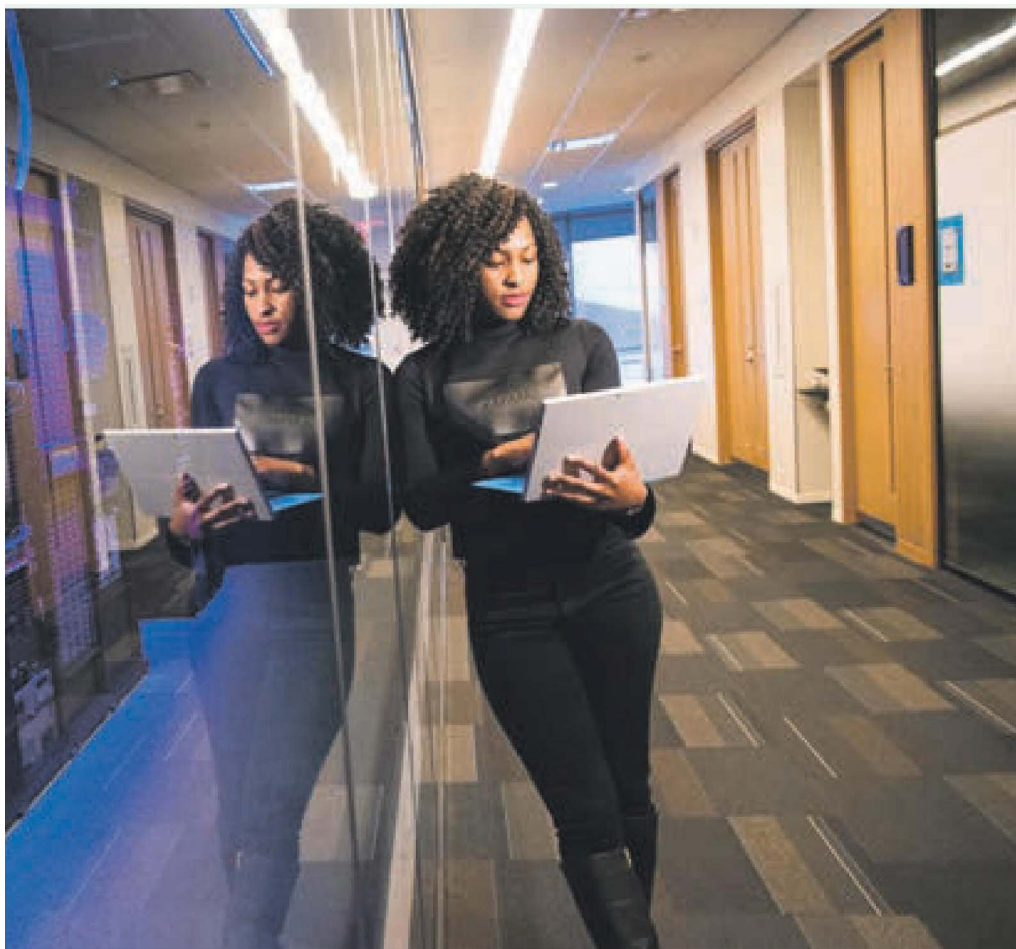
O que leva a que tão poucas mulheres se inscrevam em cursos de engenharia informática na universidade? O problema não é a matemática, defende Cláudia Mendes, porque muitas seguem por áreas de ciências. “Estamos é a viver numa sociedade, numa democracia jovem, em que as mulheres começaram no mundo de trabalho mais tarde, foram conquistando o seu lugar em áreas muito masculinizadas e, obviamente, há viés inconscientes da sociedade patriarcal que ainda temos”, argumenta. “O papel atribuído à mulher e o papel atribuído ao homem na sociedade têm muita influência e, não raras vezes, temos relatos de mulheres que eram muito boas na matemática, nas ciências, por aí fora, e que estão nas TIC, mas que tanto professores como a própria família tiveram como primeiro instinto perguntar: Se é boa a matemática e em ciências, porque é que não vai para medicina? É um desperdício ir para a engenharia, não é? Porque a engenharia resolve problemas, enquanto a medicina salva vidas. E ainda há um lugar de prestígio em ser doutor. Ou advogado. São os cursos que tivemos durante muitos anos nas

universidades. Não quer dizer que o façam por maldade. São viés inconscientes”. É, portanto, “crucial a desconstrução de estereótipos de género nas profissões, tanto para as mulheres nestas áreas mais masculinizadas e que foram sempre, tendencialmente, masculinas, da mesma forma que nós fazemos a desconstrução noutras profissões que eram tendencialmente femininas, como a enfermagem, a educação primária ou a educação pré-primária”.

Razões para a mudança

O número de mulheres que estudam TIC pode estar aquém do desejado, mas Portugal acaba por comparar bem com os parceiros europeus no mercado de trabalho, porque há uma correção à posteriori. “Há um grande número de vagas na área das tecnologias e não há suficientes pessoas formadas para todos esses postos de trabalho”, nota Joana Martinho Costa. “Apesar de haver mais homens formados do que mulheres na área das tecnologias, o mercado de trabalho absorve muito mais do que a formação tecnológica”.

“Proliferam as formações paralelas para reclassificar os pro-



Quatro em cada cinco postos de trabalho nas TIC são ocupados por homens, mas há cada vez mais mulheres

fissionais”, acrescenta Cláudia Mendes, cuja organização pretende reduzir a diferença de género nas TIC e, em geral, nas CTEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). Cláudia Mendes dá conta ao JE de múltiplos casos, em áreas tão díspares como Direito ou Saúde, em que, “no auge dos seus 40 anos, fizeram uma reclassificação fora do mundo académico, que confere o grau de especialista numa determinada tecnologia, e que estão ativas no mercado”.

Não têm faltado razões para fazer esta mudança de carreira. “Hoje em dia, a tecnologia permite um maior poder de compra”, numa altura em que “há muita estagnação noutras áreas do mercado de

trabalho”, e dá mais perspetivas de futuro, continua a responsável. Há ainda procura por outras condições de trabalho, “porque a tecnologia permite este novo *way of working*, de estar a trabalhar remotamente, de haver uma conciliação familiar mais saudável”. Casos há também em que as mulheres “viram um propósito na tecnologia”, aproveitando as competências de outras áreas. E há “a consciencialização que foi sendo feita ao longo dos tempos por várias associações e pelo próprio governo” de que há lugar para todos e para todas na tecnologia. Empresas como a Siemens têm beneficiado desse movimento, afirma Carolina Raposo. Cerca de 35% dos seus colaboradores em áreas CTEM são mulheres, que ocupam também cerca de um terço dos cargos de liderança. Ainda assim, Carolina Raposo reconhece que “é um desafio”.

“Não precisamos de ter medo”

Estas reaprendizagens também são feitas por homens, mas a cientista Ana Pires afirma que é diferente nas mulheres. “Nós sentimos, como mulheres – e agora vou falar também por mim – uma necessidade de termos esta for-

mação adicional. Porque nós, mulheres, achamos sempre que nunca estamos preparadas. Então, estamos sempre a tirar outro mestrado”, explica Ana Pires ao JE. A primeira mulher portuguesa a tornar-se cientista-astronauta, num programa apoiado pela NASA, sublinha que “isso acontece com muitas mulheres” com quem fala. São “miúdas que, por exemplo, seguiram biomedicina ou relações internacionais, mas que depois sentem essa necessidade” de continuar a estudar. Os homens não – acham sempre que estão já preparados. Temos de ser um bocadinho mais como eles. Não precisamos de ter medo, já estamos mais do que preparadas”, atira a investigadora, ressaltando que esta “não é uma regra, mas uma percepção”, que se baseia “em muitas conversas e mentorias” que faz a jovens mulheres.

Essa falta de confiança, conclui, leva a que muitas se desmotivem. Ana Pires reconhece que a situação “tem mudado um bocadinho”, mas “é pouco”, e afirma ser necessário um esforço adicional para “tomar visível o que às vezes é invisível e inspirar estas jovens raparigas a quererem perseguir a área das tecnologias e das engenharias sem medos”.

As formações para reclassificar profissionais têm proliferado e muitas mulheres ganham competências nas TIC, tornando-se especialistas, depois da universidade